

GÊNERO, EXPERIÊNCIA E SUBJETIVIDADE: a propósito do desacordo Tilly-Scott*

Eleni Varikas**

Se nos situarmos no âmbito da história das mulheres na França, o artigo "Gênero, história das mulheres e história social", de Louise Tilly, parece tanto exemplificar um debate acentuadamente "anglo-americano" quanto levantar questões bastante pertinentes e atuais. Parece exemplificar um debate anglo-americano não somente por causa das referências extraídas na sua maioria da bibliografia anglosaxã, mas também e sobretudo por causa dos termos nos quais os problemas alí estão postos.

Por um lado, a questão que está na origem do debate, a saber, em que medida a história das mulheres "se impôs"¹, sugere um consenso sobre o fato de que esta se impôs; e é a partir desta constatação que estão articuladas as diferentes posições sobre as tarefas e a agenda que ela deveria cumprir de agora em diante. Ora, a situação na França não permite comparação: há somente dois cargos de docência explicitamente previstos para a história das mulheres e nenhuma "cadeira subvencionada"; e, se cada vez mais os(as) docentes em história introduzem de fato em seus cursos a problemática do gênero ou das relações sociais de sexo, estamos longe, *hélas*, de poder dizer que se trata de um objeto de ensino legítimo e integrado ao currículo. É verdade que também aqui "aumentou muito o número de livros e artigos

* Texto de discussão, debatido nos "Seminários Pagu" em 1993. Tradução de Ricardo Augusto Vieira, mestrando em Filosofia/Unicamp.

** Professora na Universidade de Paris VII.

¹ TILLY, Louise: "Genre, Histoire des femmes et histoire sociale". manuscrito, p.1, *Gèneses*.

neste domínio"², bem como o que se poderia chamar de capítulos suplementares nos números especiais das revistas ("e... as mulheres") e obras de referência. Este aumento traduz incontestavelmente progressos de ordem qualitativa. Progressos que sem dúvida a recente publicação, sob a coordenação de George Duby e de Michelle Perrot, da *História das Mulheres* confirmará e tornará visível. Todavia, no plano institucional, a história das mulheres constitui invariavelmente um campo de pesquisa secundário, desprovido de legitimidade³.

Por outro lado, se a polêmica sobre o potencial e os limites do desconstrutivismo constitui um apaixonado objeto de debates no interior dos estudos feministas nos Estados Unidos, isto está longe de ser o caso na França, contrariamente ao que permitiria supor a designação freqüente deste corpo teórico e metodológico como "French feminism", "French theory" ou ainda "French writing"⁴. Alguns dos *maitres à penser* dessas correntes, Jacques Derrida, Julia Kristeva, Hélène Cixous e (em menor grau) Luce Irigaray, são indubitavelmente figuras importantes da paisagem intelectual francesa e têm, no domínio da crítica literária e dos estudos da linguagem, uma empresa bem característica (mas não exclusiva). Entretanto, eles/elas estão longe de constituir referências hegemônicas no interior dos estudos feministas e em particular no interior da história das mulheres. E quando se trata destas influências, é menos num

² *Ibid.*

³ Um exemplo bastaria para ilustrar este estatuto marginal da história das mulheres nas instituições de pesquisa: no que diz respeito à apresentação de um projeto relativo à história das mulheres ou que tenha no cerne a problemática do gênero, nenhum(a) historiador(a) foi recrutado(a) até o presente momento pela comissão "História" do Centro Nacional de Pesquisa Científica.

⁴ Seria um apaixonante exercício de sociologia cultural analisar o paradoxo metodológico que está na origem desta designação: a saber, o fato de que esta seja o produto dos próprios procedimentos que constituem os alvos por excelência do desconstrutivismo, tais como a "supressão, o silenciamento ou a marginalização" das outras abordagens teóricas, propaladas com maior freqüência no interior dos estudos feministas na França.

contexto epistemológico geral que no âmbito das polêmicas em torno da diferença e da feminilidade - polêmicas que, na França, marcaram amplamente o feminismo, mas que, nos Estados Unidos, não coincidem com as clivagens entre adeptos e inimigos das abordagens pós-modernas⁵.

Contudo, para além dos distanciamentos e das diferentes tonalidades, as questões de fundo que atravessam o artigo de Louise Tilly e que animam seu debate com Joan Scott e Judith Bennett parecem-me estar no centro das preocupações da história das mulheres⁶ na França e soam muito familiares aos meus ouvidos: como fazer para passar das abordagens descritivas para as abordagens "orientadas na direção de uma solução dos problemas"? Como fazer para vincular essas problemáticas àquelas dos outros domínios históricos"? Qual é a contribuição da história das mulheres à história em geral? Em que ela transformou e, sobretudo, como ela pode transformar o campo histórico no seu conjunto? Quais são os instrumentos conceituais e metodológicos que funcionam melhor numa tal empreitada?

Um dos aspectos mais interessantes do desacordo Tilly-Scott diz respeito a este último ponto. As duas historiadoras lamentam o uso excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e concordam sobre a necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise através de uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica. Uma tal conceitualização não é possível, segundo Joan Scott, no domínio da história social, maracado

⁵ O tratamento da "diferença dos sexos" é, com efeito, muito diversificado entre as feministas que se aliam ao pós-estruturalismo e da desconstrução. Cf. SNITOW, Ann: "Pages from a Gender Diary. Basic divisions in feminism", *IN Dissent, Spring*. 1989, p. 207-208.

⁶ Cf. particularmente *Une Histoire des femmes est-elle possible?*, sob a coordenação de M. Perrot, Paris, 1984, "Culture et pouvoir des femmes", artigo coletivo publicado nos *Annales E.S.C.*, mars/avril 1986 e *Le Genre de l'Histoire*, dossier preparado por C. Planté, M. Riot-Sarcey, E. Varikas, 37/38 dos *Cahiers du Grif*, (1988).

intensamente pelo determinismo econômico; ela enfatiza a necessidade de uma "epistemologia mais radical", que julga encontrar no âmbito do "pós-estruturalismo (ou pelo menos em certas abordagens geralmente associadas à Michel Foucault e Jacques Derrida)", as quais "podem fornecer ao feminismo uma perspectiva analítica poderosa". Tilly,⁷ pelo contrário, considera que os métodos da história social são os mais apropriados para o desenvolvimento das categorias de análise e dos questionamentos que possam interpelar todos(as) os(as) historiadores(as). Mas, esclarece Tilly, "de uma história social que respeite a iniciativa humana como a história social das mulheres chegou a fazer com tanto sucesso".⁸ É precisamente o uso "mais literário e filosófico" do gênero proposto por Scott e a abordagem desconstrutivista enaltecida por ela que, segundo Tilly, "superestima(m) o peso da coerção social" e tornam "triviais as condições nas quais as relações de poder mudam e se transformam".

Como Louise Tilly, sou muito cética quanto ao potencial da desconstrução para elaborar uma visão não determinista da história e, mais ainda, uma visão das mulheres como sujeitos da história. Meu ceticismo se estende até as esperanças nutridas por muitas feministas no que concerne ao potencial liberador de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo. Todavia, penso que um debate deste tipo não deveria limitar-se aos empréstimos feitos pelos estudos feministas; deveria passar por uma discussão sistemática das premissas dessas teorias, da novidade de suas promessas epistemológicas, do grau de comprometimento dessas promessas e da sua dinâmica política de conjunto. Tal discussão é, sem dúvida nenhuma, de grande utilidade para a reflexão feminista, mas meu propósito aqui é bem mais modesto: gostaria de "reagir" a certos aspectos do que

⁷ SCOTT, Joan: *Gender and the Politics of History*. Columbia University Press. 1988, p. 4.

⁸ TILLY: Op. cit. Manuscrito.

Louise Tilly chama de "uso mais literário e filosófico do gênero", algo sobre o qual me parece útil refletir no âmbito de uma proposta mais geral, assinalada pela influência do paradigma lingüístico sobre a história das mulheres. Trata-se de algumas observações que dizem respeito sobretudo às maneiras pelas quais a questão das determinações e da subjetividade na história (*agency*) são integradas na elaboração da categoria de gênero. Ainda que a polêmica Tilly-Scott as reative e as explicita, estas são questões que sempre constituíram apostas metodológicas e teóricas para as historiadoras feministas.

Gênero enquanto categoria de análise repousa, segundo Scott, sobre a "relação fundamental entre duas proposições: gênero tanto é um *elemento constitutivo das relações sociais* fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos quanto uma maneira primária de *significar* relações de poder".⁹ A primeira proposição se refere "ao processo de construção das relações de gênero";¹⁰ a segunda, à pertinência do gênero como categoria de análise, de compreensão e de explicação histórica de outras relações de poder. A primeira sublinha a importância primordial dos procedimentos de diferenciação pelos quais, em cada contexto histórico, são formulados e reformulados, em termos dicotômicos, os conteúdos aparentemente fixos e coerentes do masculino e do feminino. Uma das tarefas primordiais do(a) historiador(a) do gênero consiste em desconstruir esses conteúdos, em mostrar sua fragilidade e polissemia, em expôr tanto a seletividade dos procedimentos pelos quais eles adquiriram um sentido único quanto as lutas de interpretações concorrentes que os produzem. Expôr as estratégias de dominação que sustentam a construção binária da diferença dos sexos, seja em documentos do passado (discursos

⁹ SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 141. Grifos meus.

¹⁰ *Ibid.*, p. 143.

normativos, reivindicações de trabalhadores, textos estatísticos e econômicos) ou do olhar lançado sobre estes documentos pela historiografia contemporânea, é o aspecto essencial do gênero enquanto categoria de análise formulada por Scott.

Este projeto tem, ao meu ver, um duplo potencial para a história das relações sociais de sexo: de início, um potencial heurístico, na medida em que permite o que Carlo Ginzburg chama de expatiação,¹¹ a arte de visitar o passado como um estrangeiro que procura decifrar - mais do que tomar como dado - a significação social das "coisas conhecidas", neste caso, o que implica ser um "homem" ou uma "mulher" numa cultura e num momento histórico dados. Uma arte que permite restituir a espessura problemática aos "fatos" que se acreditava conhecidos ou dados (por exemplo, o lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho e/ou no espaço urbano moderno, a exclusão das mulheres do sufrágio "universal"); e que trata não somente de descrevê-los, mas também de analisá-los como questões históricas pertinentes que o(a) historiador(a) é chamado(a) a responder. Adotar uma posição de partida deliberadamente agnóstica, no que diz respeito aos sexos, permite descobrir "novos" fatos históricos no sentido mais clássico do termo. Tomemos por exemplo as resistências femininas à Revolução francesa: se se toma como dada a afinidade notória entre as mulheres e a religião, somos levados(as) a dirigir as pesquisas na direção das formas religiosas de contra-revolução, a privilegiar, na ordem privada, seu papel na continuação de práticas religiosas proscritas. Todavia, pesquisas recentes¹² evidenciaram outras

¹¹ Citado por MEDICK, Hans: " 'Missionaires en cannot'. Les modes de connaissance ethnologiques. Un défi à l'histoire sociale", IN *Gèneses*, 1. 1990, p. 32.

¹² Cf. BLANC, Olivier: *Mme de Bonneuil*, prefácio de Jacques Godechot. Paris. 1987; e "Résistance à la Révolution: l'influence des femmes", IN *Les Femmes et la Révolution Française, Actes du Colloque*. Toulouse. 1989. Também GOUDART, Laurence: "Letrices d'un journal

práticas (espionagens, delitos de opinião, delitos econômicos e financeiros, difusão de moeda falsa, participação no espaço público monarquista), que chegam a negar "uma especificidade de sexo"¹³ nas formas de luta contra-revolucionária. Estas práticas "inusitadas" sem dúvida estão amplamente ligadas à confusão das relações de sexo, devido principalmente à emigração dos homens da nobreza. Mas, partir do pressuposto de que se conhecia por antecipação o tipo de atividade contra-revolucionária na qual estariam envolvidas as mulheres da sociedade francesa na época, impediria justamente de estudar estas transformações nas relações de sexo, sua dinâmica, seus limites. Recusar-se a tomar como moeda corrente as definições dominantes da diferença dos sexos (que, por exemplo, reservariam às mulheres a religião e os costumes e aos homens a política) poderia permitir, portanto, não somente estudar novas experiências históricas das mulheres, mas também analisar a dinâmica das relações de poder que as tornam possíveis e que reformulam sem cessar as divisões sobre as quais está fundada a construção do gênero.

Ora, esta proposta não é inteiramente nova na história das mulheres. De certa maneira, o questionamento das definições congeladas do masculino e do feminino e dos pressupostos que daí resultam estão na origem das abordagens históricas feministas dos últimos decênios. Algumas das primeiras aquisições da história das mulheres que parecem hoje evidentes, como a historicidade das noções de maternidade¹⁴ ou da sexualidade feminina, foram de fato o resultado desse esforço em expôr o caráter mistificador de categorias através das quais eram

royaliste: les femmes et la gazette de Paris (1790-1792)", IN *Les Femmes et la Révolution Française, Actes du Colloque*. Toulouse. 1989.

¹³ BLANC, Olivier: Op. cit. 1989, p. 209.

¹⁴ Cf. BADINTER, E.: *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel, XVII-XX siècle*. Paris. 1980.

pensadas as mulheres na história, de evidenciar sua objetividade "científica" como profundamente ideológica. Frequentemente herdeiros de uma tradição intelectual e política que considerava a posição social das mulheres como proveniente mais de uma "super-estrutura" ideológica que de relações sociais com dinâmica própria, os primeiros trabalhos de história das mulheres estão amplamente inscritos no âmbito da história das idéias e das mentalidades, concedendo um lugar privilegiado para a análise das representações, dos discursos normativos, do imaginário coletivo. Favorecidas por uma conjuntura intelectual marcada pelo estruturalismo, que concede um estatuto privilegiado à ideologia, essas abordagens chamaram a atenção para o caráter histórico e mutante dos conteúdos do masculino e do feminino; e, se algumas vezes elas sublinharam demasiadamente a onipotência dessas construções ideológicas, mostraram igualmente a polissemia, reconstruindo as múltiplas maneiras pelas quais as mulheres puderam re-interpretar e re-elaborar suas significações.

Como foi observado várias vezes,¹⁵ os estudos feministas não esperaram o pós-estruturalismo para sublinhar a importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e na compreensão da construção do gênero e das relações sociais que os sustentam. São testemunhas disto um bom número de trabalhos citados por Louise Tilly, mas também por Joan Scott . E, deste ponto de vista, poder-se-ia afirmar que a história das mulheres forneceu algumas das primeiras manifestações daquilo que foi chamado de "guinada lingüística" na história.¹⁶ Uma das

¹⁵ Cf. NEWTON, Judith: "Family Fortunes: New History and New Historicism", IN *Radical History*, 43. 1989, p. 6.

¹⁶ Cf. BOWNSNA, W.J.: "Intellectual History in the 1980's: From History of ideas to History of Meaning", IN *Journal of Interdisciplinary history*, 12. 1981; CHARTIER, R.: "Intellectual History or Socio-cultural History?", IN LA CAPRA, D. e KAPLAN, S. L.: *Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives*. Ithaca, N.Y. 1982; SMITH-

representantes mais conhecidas desta guinada, Carroll Smith Rosenberg retracava, em 1985, a história relativamente autônoma deste interesse pela linguagem, tomada na sua acepção ampla de sistemas de significação, vinculando-a à "recusa de aceitar a divisão de papéis sexuais como natural".¹⁷ No domínio da história (particularmente na história da cultura e das idéias), a irrupção do paradigma lingüístico não foi um processo homogêneo e consensual nem eclipsou, mas acima de tudo deslocou, as clivagens teóricas anteriores. A centralidade da linguagem num bom número de abordagens históricas atuais não deveria obscurecer a diversidade das suas origens, dos seus pressupostos implícitos, dos seus posicionamentos teóricos (incluindo aí as teorias da linguagem que elas mobilizam).¹⁸ Diversidade que os estudos feministas e suas conceitualizações das relações de sexo já ilustram bem. Para tomar um exemplo das ciências sociais na França, um abismo separa o uso da linguagem nos trabalhos de Colette Guillaumin da análise dos sistemas de signos que caracteriza os trabalhos de Yvonne Verdier.¹⁹

Para retornar à história das mulheres, penso que o interesse crescente de um bom número de historiadoras pelos métodos de pesquisa e de interpretação do sentido coincidiu com a vontade cada vez mais consciente de construir suas categorias de análise a partir das experiências femininas. A utilização das

ROSEMBERG C.: "Hearing Women's Words: A Feminist Reconstruction of History", *IN Disorderly Conduct*. N. York. 1985; e TOEWS, J. E.: "Intellectual History after the Linguistic Turn", *IN American Historical Review*, 92. 1987.

¹⁷ SMITH-ROSEMBERG Carroll: Op. cit. 1985, p. 12.

¹⁸ Cf. JAY, Martin: "Should Intellectual History Take a Linguistic Turn?", *IN LA CAPRA, D. e KAPLAN, S. L.*: Op. cit. 1987, p. 87.

¹⁹ Cf. GUILLAUMIN, Colette: *L'idéologie raciste. Gèneses et langage actuel*. Paris, La Haye. 1972; e "Pratique du pouvoir et idée de nature. Le discours de la Nature", *IN Nouvelles Questions Féministes*, 3. 1978; bem como VERDIER, Yvonne: *Façons de dire, façons de faire. La laveuse, la couturière, la cuisinière*. Paris. 1979.

abordagens da antropologia cultural na análise das práticas sociais e das representações, dos rituais de sociabilidade e de trabalho, dos códigos de vestuário e nutrição; a pesquisa das significações culturais e das modalidades da sua construção nas crenças populares e científicas, nas visões de mundo e nas ideologias políticas; a interrogação da dinâmica social e da polissemia destas significações desenvolveram-se amplamente no processo de reconstituição histórica da riqueza e da complexidade das experiências históricas das mulheres. Não se trataria simplesmente de "torná-las visíveis" na história, ainda que este fosse o resultado principal, embora não negligenciável, das primeiras contribuições; mas, sobretudo de reafirmar, a propósito delas, que a história não é o resultado de leis impessoais agindo pelas costas dos seres humanos, mas o resultado, sem dúvida enviesado e freqüentemente incontrolável, de ações humanas providas de sentido. Esta vontade política de conceder às mulheres o estatuto de sujeitos da história contribuiu amplamente para o encontro das historiadoras feministas com as experiências históricas das mulheres. E, para muitas dentre elas, este encontro teve lugar no território acolhedor e profundamente androcêntrico da história social. Acolhedor na medida em que se podia encontrar nele uma visão do sujeito da história fundada sobre "a relação entre a experiência da opressão e as possibilidades de ação de camadas, grupos, culturas e sexos empobrecidos, marginalizados e excluídos do direito";²⁰ uma visão que, como afirma Catherine Hall a propósito de E. P. Thompson, prometia salvar todos esses grupos "da imensa condescendência da posteridade".²¹ Mas também profundamente

²⁰ MEDICK, Hans: Op. cit. 1990, p. 31.

²¹ HALL, Catherine: "The Tale of Samuel and Jemina: Gender and Working-class Culture in 19th Century England", IN THOMPSON, E.P.: *Critical Perspectives*. Editado por HARVEY, H.J. e MCLELAND, K. Cambridge. 1990, p. 79.

androcêntrico na medida em que, pelo menos para alguns dos seus partidários mais eminentes, a aplicação desta visão não estava à altura das suas promessas, posto que ela invariavelmente conceitualizava o sujeito da história como masculino ou neutro.²²

Esta contradição e as aporias que dela resultam abriram, para as historiadoras feministas, um importante campo de reflexão sobre os métodos e o objeto da história das mulheres. Um campo de reflexão no qual se situa, em boa medida, a polémica entre Louise Tilly e Joan Scott, ambas representantes eminentes da história social. Na esteira de tal reflexão crítica, emergiram análises notáveis da relação entre gênero e classes sociais, dentre as quais os trabalhos que nos oferecem alguns dos exemplos mais bem acabados são os de Barbara Taylor, sobre socialismo utópico inglês, e de Catherine Hall e Leonore Davidoff, sobre a influência de gênero na formação da burguesia inglesa.²³ Influenciados pelos métodos e questionamentos dos melhores momentos da tradição thompsoniana, essas análises transformam substancialmente esta tradição, introduzindo as experiências diferenciadas dos homens e das mulheres como uma dimensão constitutiva dos seus conceitos de classe, de consciência de classe, de política ou de identidade operária. Deste ponto de vista, elas correspondem ao apelo de Joan Scott a favor "de histórias centradas nas experiências das mulheres e na análise das maneiras pelas quais o político constrói o gênero e o gênero constrói o político".²⁴

E é por isto que o veredicto definitivo pronunciado por Scott sobre a história social pode causar perplexidade. Pois, se

²² Cf. HALL, C.: Op. cit. 1990; SCOTT, Joan "Women in the Making of the English Working class", IN SCOTT, J.: Op. cit. 1988; bem como TAYLOR, Barbara: *Eve and the New Jerusalem. Socialism and Feminism in the 19th Century*. London. 1983.

²³ Cf. TAYLOR, B.: Op. cit. 1983; HALL, Davidoff: *Family Fortunes*. London. 1989.

²⁴ *Ibid.*, p. 27. Grifo no original.

citei aqui estes trabalhos, é sobretudo porque eles sugerem que um bom número das objeções de Joan Scott à história social não são específicas do seu projeto teórico, mas sobretudo do caráter androcêntrico ou *gender blind* do conjunto dos campos conceituais das ciências humanas. A marginalização das experiências femininas, a redução do gênero "a um dos diversos subprodutos das forças econômicas",²⁵ a unicidade presumida da categoria de classe, a subestimação ou a indiferença pela influência do gênero na constituição do sentido na cultura e na ideologia política, enfim, as censuras formuladas por Joan Scott contra a história social, são precisamente o que desapareceu nessas tentativas bem sucedidas da re-escrita feminista da história.

Penso que o desacordo entre Joan Scott e Louise Tilly está ligado às apostas teóricas que ultrapassam o simples âmbito da história das mulheres. As objeções de Scott à história social de fato não dizem respeito somente à insensibilidade dessa história quanto a questão de gênero. Antes, esta insensibilidade funciona como reveladora de uma divergência mais profunda, que diz respeito ao estatuto e mesmo ao objeto do conhecimento histórico. A censura mais importante que ela faz à história social é a de presumir uma relação estreita (de causalidade) entre posições estruturais e interesses sociais, entre interesses e necessidades sociais e formas de consciência. Visto deste ângulo, seu veredicto sobre o potencial da história social torna-se mais compreensível. É de fato verdade que a história social postula, por definição, uma tal relação como ponto de partida da sua busca de causalidade, esteja esta causalidade amarrada a um único fator ou a uma constelação de fatores. Com efeito, colocar as experiências femininas no centro da sua interrogação sobre a formação da classe trabalhadora ou das ideologias socialistas

²⁵ SCOTT, Joan: Op. cit. 1988, p. 22.

supõe uma hipótese preliminar sobre a existência de interesses e de necessidades diferenciadas das mulheres devido à sua posição estrutural num certo tipo de relações de poder. Isto não prejudica em nada a amplitude e o conteúdo preciso destes interesses e destas necessidades, nem as formas pelas quais eles estão articulados com os interesses comuns dos homens e das mulheres, nem, enfim, quais interesses e necessidades prevaleceram nas ações das mulheres num dado período, mas estabelece a pertinência da interrogação que visa precisamente responder a essas questões.

Scott se insurge contra uma concepção "teleológica" que postula uma relação fatal e imediata entre as relações de produção e a identidade coletiva, entre a experiência e a consciência. Segundo ela, "os interesses não são inerentes aos atores ou às suas posições estruturais, eles são produzidos discursivamente".²⁶ Esta formulação não é, na sua generalidade, forçosamente incompatível com uma certa prática da história social e da história feminista. Dizer que os interesses comuns de um grupo social são constituídos no processo de reflexão e de interpretação que dão sentido aos fatos e às situações comuns quotidianamente vividas pelos atores, dizer que este sentido não existe fora da linguagem, podia provavelmente chocar alguns marxistas ortodoxos nos anos 60, mas não me parece, hoje, uma heresia muito grande. Afinal de contas, desde então, um grande número de historiadores consagrou uma parte considerável do seu labor ao estudo das modalidades pelas quais os homens e as mulheres atribuíram sentido à sua existência, bem como ao questionamento dos processos de re-memoração, de seleção, de re-elaboração e de transformação das tradições e práticas culturais anteriores, através das quais eles e elas reagiram ou resistiram às novas relações de força. Esta prática da história não

²⁶ SCOTT, Joan: Op. cit. 1988, p. 5.

eclipsou a importância do estrutural, por exemplo, das relações de produção; mesmo que isto não tenha sido sempre teorizado nestes termos, ela nos fez lembrar, sobretudo, que estas relações não se estabeleciam num domínio outro que o da atividade humana, assim como suas percepções e interpretações pelos atores históricos não eram epifenômenos das relações de produção, mas parte integrante deste mesmo domínio da atividade humana, expressa e transformada na e pela linguagem. Assim fazendo, esta prática da história parecia indicar uma via para a solução da velha oposição entre "realidade" e "consciência", entre "determinação" e "ação humana".²⁷

Dizer que os interesses e as identidades coletivas são produzidos discursivamente e não são inerentes às posições estruturais dos atores pode remeter a mais de uma visão da história, dependendo do sentido que seja dado ao termo "discursivo" e à teoria da linguagem que se sustente: o que pode remeter a uma concepção crítica da onipotência das estruturas sociais, pela referência a uma noção da linguagem como atividade humana intencional, através da qual os sujeitos procuram, com maior ou menor sucesso, se desligar das suas determinações ou transformá-las. Mas dizer que os interesses são produzidos discursivamente pode também remeter a uma outra instância de determinação não menos potente, a estrutura da linguagem, vista, desta vez, como um sistema de controle *a priori*, inacessível à intervenção intencional dos indivíduos. Um sistema cuja onipotência e ubiquidade tornam fúteis, e portanto secundárias, as intervenções dos sujeitos falantes, suas intenções, seus projetos. E que, por isso, não pode ser estudado senão no seu funcionamento interno, definindo-se os "tipos e regras das

²⁷ Para citar apenas alguns exemplos, ver THOMPSON, E.P.: *The Making of the English Working Class*. London 1973; PERROT, Michelle: *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*, 2 vol. Paris, La Haye. 1974.

práticas discursivas que atravessam as obras individuais e que algumas vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhes escape".²⁸ R. Williams mostra brilhantemente a afinidade eletiva que, por ironia, vinculam historicamente esta percepção da linguagem aos processos deterministas do marxismo ortodoxo.²⁹

Confesso que, lendo o livro de Joan Scott, tive dificuldade em compreender qual é o estatuto do sujeito da história na "epistemologia radical" que ela propõe. Por um lado, ela parece conceder uma parte importante à intervenção dos sujeitos agentes quando, por exemplo, trata da instabilidade do sentido dos conceitos como resultado dos processos de contestação e de redefinições múltiplas, dos quais eles são o resultado.³⁰ Mas, por outro, a impessoalidade das forças discursivas que, segundo ela, constroem o sentido (mesmo múltiplo e instável) de uma cultura, assemelha-se de maneira inquietante à impessoalidade das forças produtivas que por muito tempo determinaram o curso da história na historiografia. Uma impessoalidade acentuada não somente por suas referências recorrentes ao jovem Foucault, mas também pela ausência literal do sujeito na sua exposição das teorias da produção do sentido. Com efeito, se no centro da sua teoria da produção do sentido e da formação do gênero se encontram relações conflitantes em confronto permanente, os atores deste conflito são "as forças de significação", "oposições fixas", "duplas oposicionais" ou "procedimentos de diferenciação" que - como no tempo em que os preços dos cereais faziam a história - fazem desaparecer do nosso horizonte as pessoas implicadas nesses "jogos de poder e

²⁸ FOUCAULT, Michel: *L'archéologie du savoir*. Paris. 1969, p. 183.

²⁹ Cf. WILLIAMS, Raymond: *Marxism and Literature*. Oxford. 1977, p. 27-28.

³⁰ Cf., por exemplo, SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 5.

de saber que constituem a identidade e a experiência".³¹ Deste ponto de vista, Louise Tilly tem razão ao apontar o paradoxo de uma crítica do determinismo fundada num projeto que "subestima a ação humana". Mesmo correndo o risco de parecer ingênua e subjetivista, não se pode deixar de colocar certas questões: qual é a participação ativa dos atores situados na base da hierarquia nesses processos de diferenciação que as próprias hierarquias estabelecem? Teriam eles a possibilidade de subverter as formações discursivas nas quais estão presos ou estão eles condenados a se dobrarem perante as "leis" dessas formações e a apresentarem apenas algumas variantes enunciativas? Por qual viés pode-se estudar estas possibilidades e seus momentos de emergência? Qual é a relação entre as "forças de significação em guerra no texto propriamente dito"³² e "as forças em guerra" na construção das relações sociais de sexo (ou das outras relações sociais) fora do texto? Se o gênero é "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos", esta constituição é unicamente distingüida nos discursos constituídos? E se, como afirma Joan Scott, os "limites discursivos mudam com as condições históricas",³³ como explicar esta mudança?

Scott afirma que no "interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de sujeito humano (*agency*), como tentativa (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, uma sociedade dentro de certos limites e com linguagem - a linguagem conceitual que, ao mesmo tempo, estabelece limites e contém a possibilidade de negação, de resistência..."³⁴ Entretanto, esta afirmação

³¹ *Ibid.*, p. 5.

³² SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 7.

³³ SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 6.

³⁴ SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 42.

permanece em suspenso nas suas proposições metodológicas concretas e nas tarefas que ela atribui à história das mulheres e do gênero. Com efeito, estas dizem respeito sobretudo às maneiras pelas quais os discursos constituídos, os sistemas de significações e as codificações simbólicas constroem o gênero ou se apóiam sobre metáforas criadas a partir de gênero para estabelecer seu sentido; isto é, sobre materiais nos quais as mulheres são mais freqüentemente objetos do que sujeitos do discurso, mas também materiais que, pouco ou muito indiretamente, nos ensinam algo sobre as relações de força nas quais estes discursos são estabelecidos e sobre as condições extra-discursivas que podem eventualmente transformá-las.

Mesmo quando as mulheres são sujeitos do discurso, como em um dos artigos mais interessantes da compilação de Scott, sobre as "Identidades profissionais dos homens e das mulheres", o fato de abordar a construção das identidades apenas no âmbito da formação discursiva e do modelo cultural, impede a apreensão dos aspectos importantes da dinâmica das relações sociais de sexo. Por exemplo, as maneiras que as operárias parisienses de 1848 escolheram para sublinhar sua identidade operária de mulheres; o fato de que elas exigiam direitos políticos em nome das "ternas servidões da maternidade" não poderia ser explicado apenas pela simples dinâmica de uma formação discursiva na qual "as mães não podiam ser subsumidas na categoria de cidadão e de operário". Seria preciso relacioná-lo com sua vontade de se distanciar a qualquer preço da imagem da "Mulher Livre" dos idos de 1830, que havia associado, durante um grande período, a atividade das feministas saint-simonianas ao amor livre, isto é, à prostituição.³⁵ Provenientes deste coletivo feminista, como nos relembra Joan Scott, muitas dentre elas não

³⁵ Cf. RIOT-SARCEY, Michèle: *Parcours de femmes dans l'apprentissage de la démocratie. Désirée Gay, Jeanne Deroin, Eugénie Niboyet. 1830-1870.*, Thèse de doctorat. Paris I. 1990.

somente haviam tido a dolorosa experiência desta "liberdade" saint-simoniana no feminino, mas também tinham podido pesar as repercussões terríveis desta associação da emancipação das mulheres com a imoralidade. Fundar suas reivindicações no papel da mãe, um papel não apenas socialmente aceitável, mas também percebido como a versão feminina por excelência da virtude cívica, permitia a estas operárias legitimar suas exigências de direito ao trabalho (e de direitos políticos) tanto aos olhos dos homens (outros operários, republicanos ou socialistas) quanto aos das mulheres. Pois, contrariamente ao que parece sugerir Scott, as relações entre as mulheres estavam também em jogo nas auto-definições das trabalhadoras. Marcadas por uma experiência que as havia convencido de que a emancipação feminina passava pela associação entre as mulheres, e, no momento em que elas eram confrontadas com a necessidade de uma mobilização feminina para a conquista de direitos políticos, fundar sua pertinência profissional sobre o "menor denominador comum", o salário, permitia associar a esta tarefa o maior número de mulheres. Preocupação que se exprime claramente no cuidado em fundamentar suas reivindicações apresentadas à Comissão de Luxemburgo na consulta mais ampla possível das "idéias e dos votos femininos", da "vontade geral das mulheres".³⁶

Essas observações não questionam a sutileza e a originalidade da análise de Scott, nem sua demonstração do lugar central do gênero na construção da identidade operária. Elas visam somente sugerir os limites de uma interrogação que privilegia a textualidade e a dinâmica interna do discurso, considerando toda referência às experiências dos atores (seja ela feita pelo(a) historiador(a) ou pelos próprios atores) como um alibi positivista ou ideológico. Abordar as auto-definições dos

³⁶ Cf. RIOT-SARCEY, Michèle: Op. cit. 1990, p. 547-548.

operários e das operárias como variantes no interior de um mesmo discurso, que, por sua ambigüidade, permite diversas interpretações, é inteiramente legítimo, mas não transforma fundamentalmente o caráter descritivo do gênero; permite, no limite, constatar que "as relações políticas assimétricas dos dois sexos e as crenças diferentes do discurso da época estavam contidas nas auto-definições dos operários e das operárias de 1848", uma constatação à qual, enfim, poder-se-ia chegar mesmo se não se conhecesse os modos de funcionamento destes procedimentos ideológicos! Ao contrário, integrar as experiências acumuladas durante o período 1830-1848 nesta interrogação talvez tivesse permitido compreender não somente o como, mas também o porquê, isto é, por quais relações de forças concretas as feministas saint-simonianas teriam sido induzidas a privilegiar certas significações do feminino, excluindo outras significações menos normativas (aquelas que, por exemplo, pode-se encontrar nos escritos de Claire Démar), que sublinhavam mais a diversidade das mulheres e que provavelmente são menos úteis para as necessidades de constituição de um coletivo feminino.³⁷ Quando digo experiência, não me refiro a uma realidade objetiva prévia à linguagem ou fora dela, mas aos numerosos escritos que estas mulheres deixaram, tratando não somente do que era ou deveria ser uma mulher, ou uma operária, ou uma cidadã, mas também das maneiras pelas quais elas mesmas viveram e interpretaram sua existência de mulher, de operária ou de não cidadã. Estes escritos, que nem sempre oferecem uma única versão (mesmo quando se trata de um mesmo autor³⁸), comunicam, entretanto,

³⁷ Cf VARIKAS., E.: " 'A Supremely Rebellious Word'. Claire Démar, a Saint-Simonian Heretic", IN I. Stephen, S. Weigel, (Hg), *Die Marseillaise des Weiber*. Hamburg. 1989.

³⁸ Cf. o tratamento das experiências de Suzanne Voilquin por PANTE, Chr.: *Les Saint-Simoniennes ou la quête d'une identité impossible à travers l'écriture à la première personne*, thèse. Paris III. 1982.

uma percepção aguda das relações entre as múltiplas forças que pesam sobre as escolhas e as ações dessas mulheres, quando estas são apresentadas como o resultado do livre arbítrio.

Scott tem razão ao lamentar a falta de rigor teórico que frequentemente marcou o emprego da categoria de experiência na história social dos anos 1960-70.³⁹ Ela desconfia, com razão, dos usos positivistas que hipostasiam esta categoria na história das mulheres, vinculando-a às características e necessidades inerentes às mulheres e conhecidas de antemão.⁴⁰ Todavia, na sua polêmica contra "aqueles que afirmam a transparência dos fatos", ela corre o risco tanto de verter o bebê junto com a água do banho quanto de questionar, como diz Louise Tilly, "a existência de um universo real bem como a possibilidade de conhecê-lo de explicá-lo". Pois, se hoje todo o mundo, ou quase, está de acordo sobre a impossibilidade de se chegar aos fatos brutos do passado, os pressupostos de um tal acordo diferem sensivelmente. Será porque estes fatos brutos não existem? Será ainda porque nosso olhar que os "descobre" também lhes concede automaticamente um sentido e uma pertinência informados pelas nossas interrogações, nossas simpatias, nossos posicionamentos? Será porque eles nos são legados por documentos que já construíram seu sentido e sua pertinência? Pode-se considerar, neste caso, as múltiplas versões legadas pelas fontes como "ficções" que desafiam toda pretensão a qualquer reconstituição consensual da verdade histórica? Será porque não se pode reconstituir, enquanto tais, os fatos brutos da escravidão, da caça às bruxas ou da eliminação das populações indígenas, que estes fatos teriam o mesmo estatuto

³⁹ Cf. THOMPSON, E.P.: Op. cit. 1990; e particularmente os artigos de SEWELL JR., William H.: "How Classes are made: Critical reflections on E.P.Thompson's Theory of Working-class Formation"; e ROSALDO, Renato: "Celebrating Thompson's Heroes. Social Analysis in History and Anthropology".

⁴⁰ SCOTT, J.: Op. cit. 1988, p. 4.

que os encontrados nos relatos de uma novela ou de um romance de ficção científica? Penso que uma tal posição é insustentável no âmbito de uma prática histórica (como a história das mulheres ou do gênero) que, como afirma Joan Scott, reivindica um ponto de partida e um objetivo político de liberação.

Mas, então, como gerir os múltiplos sentidos que as fontes concedem a um mesmo fato, as múltiplas interpretações e reconstituições deste fato? Teriam eles um valor cognitivo equivalente? E como conciliar um tal pressuposto com o nosso posicionamento a favor de um ponto de vista dos(as) vencidos(as)? Se as experiências que nos legaram as mulheres do passado são forçosamente "experiências interpretadas", estariam elas condenadas a não constituir objeto senão de uma interrogação epistemológica que visa estabelecer seu valor cognitivo na mesma medida que qualquer outra informação sobre estas mulheres? O caráter "interpretado" da experiência dos atores anularia a conexão privilegiada - ainda que não imediata e automática - entre os acontecimentos vividos pelas mulheres e as suas interpretações, suposta pelas historiadoras feministas ?

Responder a estas questões de maneira distinta se impõe com uma acuidade particular quando se trata de estudar grupos sociais situados em relações de dominação e de opressão. Além disto, para a história das mulheres, que desde o início vinculou seu projeto com uma crítica das categorias de análise existentes, uma reflexão crítica sobre seus próprios pressupostos deveria ser parte constitutiva do trabalho de escrita da história. Ora, para o(a) historiador(a), esta tarefa não constitui um fim em si, mas acima de tudo um modo de estar sempre consciente das tensões que, por definição, atravessam seu trabalho e lhe dão este caráter sempre inacabado, sempre aberto, não somente a outras "descobertas", mas sobretudo a outros esclarecimentos, perspectivas e interrogações: tensões entre a narração

cronológica, com seus efeitos de causalidade implícita, e os vazios na explicação; a continuidade da descrição e a descontinuidade dos dados e dos índices; os "fatos descobertos" e sua reconstituição criativa; a tentativa de explicação racional e a parcela do acaso na história; o cuidado em expôr seus posicionamentos e a aspiração a uma honestidade científica. Desejar resolver por completo estas tensões conduziria ou à eliminação de uma parte dos problemas ou ao abandono do empreendimento histórico. Pois penso que, no fundo, o projeto histórico é impossível sem este velho adágio de Vico: podemos compreender a sociedade na medida em que nós mesmos a fizemos.

Uma tal consciência crítica já anima muitos trabalhos desta história social "que respeita a iniciativa humana", que encontra em Louise Tilly uma defensora tão convincente quanto apaixonada. Todavia, abordar o porvir da história das mulheres sob a forma de uma escolha entre a história social e a desconstrução me parece um falso dilema. Tenho a impressão de que o potencial da história das mulheres e da problemática do gênero reside menos nas suas possibilidades de encontrar uma "pátria" que na sua possibilidade de se imiscuir... subrepticiamente nas mais intransponíveis fortalezas da História (e de outras disciplinas), para desestabilizar suas certezas. Trabalhando na "diáspora", os(as) historiadores(as) feministas terão talvez mais liberdade para efetuar este trabalho lento, mas indispensável, que consiste em responder às "grandes questões da história", reformulando-as ao mesmo tempo à luz da problemática do gênero.